



24 de janeiro de 2018

Barrar a Reforma da Previdência com o movimento nas ruas, em unidade com a classe operária, em luta por suas reivindicações.

Contatos: www.pormassas.org
e-mail: por@pormassas.org

NESTA EDIÇÃO:

- Barrar as reformas com luta nas ruas.
- A luta dos professores é por emprego, salário e condições de trabalho.

**Governo fecha salas e impõe o desemprego e o subemprego;
Enfia goela abaixo um reajuste miserável que não repõe
as perdas dos últimos anos;
E atua ao lado de Doria e Temer na retirada
de direitos dos trabalhadores!
É preciso mobilizar os professores em defesa
dos empregos, salários e direitos!
ASSEMBLEIA DA CATEGORIA JÁ!**

O fechamento de salas na rede estadual vem ocorrendo há muitos anos. Faz parte da política de sucateamento implementada pelo governo estadual (PSDB). Os trabalhadores vêm lutando contra isso a cada ano. E toda atribuição de aulas é um problema.

Em 2015, o governo estadual, sob o comando de Geraldo Alckmin/PSDB, apresentou um projeto de "reorganização" das escolas, que fechava muitas escolas, turnos e salas. A luta dos estudantes, que ocuparam as escolas, derrotou temporariamente esse projeto. A partir de então, o governo vem tentando aplicar a reorganização a conta-gotas.

Esse ano, os trabalhadores foram surpreendidos com um imenso número de salas fechadas. A atribuição dos professores efetivos nas escolas mostrou um enorme ataque ao emprego e às condições de trabalho, com muitos professores adidos.

O governo estadual pôde contar com a falta dos 9^{os} anos da rede municipal, fruto da implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos. Algo que denunciávamos desde 2011 e que representou problemas para os professores municipais desde sua implantação. Isso somado à superlotação das salas, resultou num enxugamento que fez com que vários trabalhadores ficassem sem sua jornada nas escolas. Fora os que ficaram sem aula nenhuma.

Tanto o Ensino Fundamental de Nove Anos como a superlotação das salas são de responsabilidade do governo. Nada tem a ver com os trabalhadores. Porém, esses últimos arcam com os prejuízos. Se os professores efetivos tiveram dificuldades em constituir suas jornadas nas escolas, os professores da categoria F e O, provavelmente, sofrerão ainda mais. O governo eliminou a odiosa duzentena, mas prossegue com a quarentena. E quer impor duas listas de cadastro, prejudicando vários professores categoria O. O movimento tem exigido a utilização de uma lista única, com os professores dispostos de acordo com suas pontuações.

O problema não é a falta de alunos. A juventude operária também sofre com o sucateamento. A dificuldade das matrículas e o fechamento do ensino noturno são fatores que afastam os estudantes da escola.

É preciso acabar com essa farsa do governo. É preciso defender o emprego a todos, com estabilidade. Nesse sentido, a luta tem que ser pela redução da quantidade de alunos por sala. A bandeira histórica do movimento é no máximo 25 alunos por sala. A Apeoesp precisa encampar essa luta. A culpa pelo fechamento de salas não é do trabalhador. É do governo do estado.

Por isso, defendemos:

Assembleia da categoria já! Nada de esperar!

Redução do número de alunos por sala - máximo de 25;

Escala Móvel das Horas de Trabalho - divisão das horas de trabalho a todos os trabalhadores aptos;

Nenhum professor sem emprego;

Estabilidade a todos!

Reajuste de 7% representará R\$0,80 centavos no valor da hora-aula

Depois de tantos anos sem reajuste salarial, o governo Alckmin/PSDB aprovou a partir de fevereiro o índice de 3,5% para a maioria o funcionalismo, exceto para os policiais, que receberão 4% e o magistério, que receberá 7%. O índice de 7% representa exatamente 80 centavos a mais no valor da hora-aula do professor PEB 1 e 84 centavos a mais no valor da hora-aula do professor PEB 2. Assim, os valores das horas-aulas estarão rebaixados e nivelados. O do PEB 1 será de R\$12,28 e o do PEB 2 ficará em R\$12,92.

Mas Alckmin justifica os míseros 7% como se fossem um trunfo. Alega ter dado um índice acima do aplicado pelo governo federal, que deu 6,8%. O Piso Nacional do Magistério atingiu

o valor de R\$2.455,35, para uma jornada de 40h e R\$1.841,51 será o valor para 30h semanais. Esse último será o valor que Alckmin pagará para os professores PEB 1 em SP. E para o professor PEB 2 pagará pouco mais que R\$100,00 de diferença. Como se vê Alckmin nada mais fez que ajustar o salário do PEB 1 de acordo com o piso nacional, como se ele fosse suficiente para sustentar uma família.

Esse mecanismo de arrocho salarial tem aumentado a destruição da capacidade físico-mental do professor paulista. Não existem, no estado mais rico da federação, as condições para ensinar, nem para aprender.

Para a maioria do funcionalismo, a situação não é diferente. Os 3,5% de reajuste, representou um acréscimo de R\$38,64 no piso. Ou seja, o novo salário Mínimo paulista passará a R\$1.142,64. Isso manterá milhares de trabalhadores vivendo com salários miseráveis diante de um alto custo de vida. Mesmo assim, Alckmin usa demagogicamente esse índice diante do reajuste do salário mínimo nacional, que subiu 1,81%, atingindo a esmola de R\$954,00.

Como se vê, esses governos parasitas expõem sua podridão sem nenhum constrangimento, pois é época eleitoral. Enquanto SP pagará 1,2 x salário mínimo, o governador Alckmin receberá, com os seus 3% de reajuste, a quantia de R\$22.300,00 de salário! Isso sem contar as benesses obtidas como o auxílio moradia, combustível, etc. E para seus subalternos ofereceu o aumento do vale refeição para R\$12,00.

Trocando em miúdos, o banquete desses hipócritas exploradores continuará sendo financiado com o suor dos assalariados e desempregados. Para os ricos mantém a escola privada com altos recursos tecnológicos e para os pobres, filhos dos trabalhadores, apresenta a escola falida, com salas superlotadas.

Enquanto isso, as direções sindicais insistem nos métodos das negociatas e liminares para pressionar esses governos. A Apeoesp reivindicava, no começo do ano passado, 24% para recuperar o poder de compra dos salários desde agosto de 2014. No final do ano, rebaixou a reivindicação para 10,15%, porque ganhou a liminar em segunda instância do Tribunal de Justiça. Enquanto falava aos quatro cantos sobre essa liminar, Alckmin noticiou o reajuste de 7% e se autoproclamou presidencial. Conclusão: o governo não pagou as perdas salariais de 24% e nem os 10,15% exigidos pelo TJ. A direção majoritária da Apeoesp mantém a ideia da vitória e que continuará reivindicando a meta 17 do PNE (equiparação do piso do professor com o piso do setor privado com nível superior).

A Corrente Proletária na Educação rejeita esses métodos passivos e impotentes das burocracias sindicais. É sabido de todos que a presidente Bebel e seu partido (o PT) estão presos à conjuntura eleitoral burguesa. A Corrente Proletária defende que qualquer reivindicação será conquistada de fato com luta coletiva nas ruas. Por isso, a Corrente reivindica que o piso da classe seja igual ao salário mínimo vital. Este corresponde ao mínimo necessário para uma família de 4 pessoas viver, o que hoje chega a cerca de R\$4.500,00. É importante que este valor seja reajustado automaticamente conforme inflação (escala móvel de reajuste).

Para conquistar o salário mínimo vital com reajuste real, é preciso iniciar a luta da classe nas ruas em unidade com os demais setores oprimidos, aprofundando o método da ação direta e não a via da pressão parlamentar. Essa bandeira, assim como a defesa do emprego a todos e a rejeição às Reformas da Previdência, Trabalhista e do Ensino Médio devem ser bandeiras centrais para unir os trabalhadores numa greve geral de resistência

aos ataques dos governos e empresários.

Barrar as reformas com luta nas ruas

A crise econômica continua a precarizar a vida da maioria explorada. Os governos, de todas as esferas, pretendem jogar o peso da crise nas costas da maioria explorada. O golpista Temer, encarregado de implantar reformas violentas contra os trabalhadores em 2017, fez aprovar a PEC do Teto, a Lei da Terceirização, a Reforma do Ensino Médio e a Trabalhista. Reformas que irão penalizar os que dependem dos serviços públicos, de escola pública e de emprego.

Agora pretende fazer aprovar a Reforma da Previdência, que aumentará o tempo de exploração do trabalho impedindo que a maioria se aposente. Alega haver um rombo de R\$182 bilhões na conta do INSS, de R\$86 bilhões na previdência dos servidores federais, além dos bilhões imputados aos servidores estaduais e municipais, que são considerados “privilegiados”.

Mas, já foi provado que esse valor deficitário não é responsabilidade dos trabalhadores. É fruto dos desvios promovidos pelos governos. Além disso, a economia com o sangue dos trabalhadores visa o pagamento da dívida pública, cumprindo, assim, a promessas feitas ao capital financeiro.

Os governos estaduais, que alegam falência, também promovem suas medidas de “ajuste fiscal”. Alckmin não fica de fora. Já fez aprovar o PL 920/17, que autoriza o corte de gastos atacando os salários (sobre o qual não incide qualquer reajuste há quatro anos), contratações, quinquênios, sexta-parte, etc. Ou seja, aumentará a precarização dos servidores estaduais, já precarizados por anos.

Por isso, a Corrente Proletária defende que a única forma de barrar a Reforma da Previdência é o movimento nas ruas, em unidade com a classe operária, em luta por suas reivindicações elementares. Defende, ainda, a bandeira de um sistema único, público e estatal da previdência, sob o controle da classe operária.

A luta dos professores é por emprego, salário e condições de trabalho

A burocracia sindical da Apeoesp, que defende os governos petistas passados com unhas e dentes, faz campanha ostensiva pela absolvição de Lula. Sabemos que Lula é o principal candidato dos partidos reformistas. Está na iminência de ter sua prisão decretada pelo algeiro Sérgio Moro. Está na dependência da confirmação do TRF-4. Dificilmente, escapará da condenação. Os partidos da frente golpista já contam com a exclusão de Lula das eleições.

A condenação de Lula é a via de cassar seu direito à candidatura e golpear a fundo o PT. As eleições sem Lula serão claramente antidemocráticas. O POR se coloca contra a condenação e defende seu direito político de concorrer à presidência. O que não significa apoiar sua candidatura, como objetiva o movimento pró-Lula e aliados. Para o POR, quem deve julgar o caudilho petista é a própria classe operária, constituindo um Tribunal Popular.

Ao mesmo tempo, a Corrente Proletária se coloca taxativamente contra qualquer desvio da luta da Apeoesp para a defesa de Lula. A luta dos professores é por salário, emprego e melhores condições de trabalho. É contra a implantação da Reforma da Previdência. Que toda a energia do sindicato seja colocada para a defesa dos direitos dos trabalhadores!